

LITURATERRA [Entrevista: 2024, 3]

A política contra o destino: o modo de pensar as alternativas

Roberto Mangabeira Unger*

Harvard University, Cambridge, MA, USA

por **Carlos Sávio G. Teixeira****

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

LITURATERRA [Entrevista: 2024, 3]

As resenhas, passagens literárias e passagens estéticas em *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* são editadas na seção cujo título apropriado é LITURATERRA. Trata-se de um neologismo criado por Jacques Lacan,¹ para dar conta dos múltiplos efeitos inscritos nos deslizamentos semânticos e jogos de palavras tomando como ponto de partida o equívoco de James Joyce quando desliza de *letter* (letra/carta) para *litter* (lixo), para não dizer das referências a *Lino*, *litura*, *liturarios* para falar de história política, do Papa que sucedeu ao primeiro (Pedro), da cultura da *terra*, de estética, direito, literatura, inclusive jurídicas – canônicas e não canônicas – ainda e quando tais expressões se pretendam distantes daquelas religiosas, dogmáticas, fundamentalistas, para significar apenas dominantes ou hegemônicas.

* Professor da *Law School* da Universidade de Harvard (EUA) e autor de mais de duas dezenas de livros sobre Filosofia, Teoria Social, Direito, Economia e Política. Foi Ministro de Assuntos Estratégicos do Governo Lula (2007-2009) e Dilma (2015). Entre suas obras publicadas recentemente no Brasil constam *A Religião do Futuro* e *O que a Esquerda Deve Propor*, ambas pela Editora Leya. E-mail: unger@law.harvard.edu. <https://hls.harvard.edu/faculty/roberto-mangabeira-unger/>

** Carlos Sávio G. Teixeira é Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atualmente coordena o seu Programa de Pós-Graduação (PPGCP). Estuda o pensamento político contemporâneo, nele incluído o pensamento brasileiro. E-mail: carlos.savio.teixeira@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0905478265528267>. <https://orcid.org/0000-0001-8877-5537>.

¹ LACAN, Jacques. *Outros Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. p. 11-25; LACAN, Jacques. *Autres Écrits*. Paris: Seuil, 2001.

Recebido em 23 de dezembro de 2023 e aprovado para publicação em 02 de fevereiro de 2024.



LITURATERRA [Entrevista: 2024, 3]

Las reseñas, incursiones literarias y pasajes estéticos en *Passagens: Revista Internacional de Historia Política y Cultura Jurídica* son publicadas en una sección apropiadamente titulada LITURATERRA. Se trata de un neologismo creado por Jacques Lacan para dar cuenta de los múltiples efectos introducidos en los giros semánticos y juegos de palabras que toman como punto de partida el equívoco de James Joyce cuando pasa de *letter* (letra/carta) a *litter* (basura), sin olvidar las referencias a *Lino*, *litura*, *liturarios* para hablar de historia política, del Papa que sucedió al primero (Pedro), de la cultura de la *terre* (tierra), de estética, de derecho, de literatura, hasta jurídica - canónica y no canónica. Se da prioridad a las contribuciones distantes de expresiones religiosas, dogmáticas o fundamentalistas, para no decir dominantes o hegemónicas.

LITURATERRA [Interview: 2024, 3]

The reviews, literary passages and esthetic passages in *Passagens: International Journal of Political History and Legal Culture* are published in a section entitled LITURATERRA [Lituraterre]. This neologism was created by Jacques Lacan, to refer to the multiple effects present in semantic slips and word plays, taking James Joyce's slip in using *letter* for *litter* as a starting point, not to mention the references to *Lino*, *litura* and *liturarius* in referring to political history, to the Pope to have succeeded the first (Peter); the culture of the *terra* [earth], aesthetics, law, literature, as well as the legal references – both canonical and non-canonical – when such expressions are distanced from those which are religious, dogmatic or fundamentalist, merely meaning 'dominant' or 'hegemonic'.

LITURATERRA [Entretien: 2024, 3]

Les comptes rendus, les incursions littéraires et les considérations esthétiques *Passagens. Revue Internationale d'Histoire Politique et de Culture Juridique* sont publiés dans une section au titre on ne peut plus approprié, LITURATERRA. Il s'agit d'un néologisme proposé par Jacques Lacan pour rendre compte des multiples effets inscrits dans les glissements sémantiques et les jeux de mots, avec comme point de départ l'équivoque de James Joyce lorsqu'il passe de *letter* (lettre) à *litter* (détritus), sans oublier les références à *Lino*, *litura* et *liturarius* pour parler d'histoire politique, du Pape qui a succédé à Pierre, de la culture de la *terre*, d'esthétique, de droit, de littérature, y compris juridique – canonique et non canonique. Nous privilégierons les contributions distantes des expressions religieuses, dogmatiques ou fondamentalistes, pour ne pas dire dominantes ou hégémoniques.

文字国 [图书梗概: 2024,3]

Passagens 电子杂志在“文字国”专栏刊登一些图书梗概和文学随笔。PASSAGENS— 国际政治历史和法学文化电子杂志开通了“文字国” 专栏。“文字国” 是法国哲学家雅克·拉孔的发明，包涵了语义扩散，文字游戏，从爱尔兰作家詹姆斯·乔伊斯的笔误开始，乔伊斯把letter (字母/信函)写成了litter (垃圾)，拉孔举例了其他文字游戏和笔误, lino, litura, liturarios, 谈到了政治历史，关于第二个教皇(第一个教皇是耶稣的大弟子彼得)，关于土地的文化 [Cultura一词多义，可翻译成文化，也可翻译成农作物]，拉孔联系到美学，法学,文学，包括司法学— 古典法和非古典法，然后从经典文本延伸到宗教，教条，原教旨主义，意思是指那些占主导地位的或霸权地位的事物。

A política contra o destino: o modo de pensar as alternativas

Roberto Mangabeira Unger

por **Carlos Sávio G. Teixeira**

Entrevista de Roberto Mangabeira Unger a Carlos Sávio G. Teixeira

O filósofo brasileiro Roberto Mangabeira Unger, professor da Universidade de Harvard (EUA), há mais de quarenta anos, apresenta e discute nesta entrevista a sua perspectiva sobre a política. Nela, aborda elementos de sua teoria social e política que encontra no tratamento das questões institucionais, de forma original e diferente dos institucionalismos convencionais, um de seus pontos altos. Inicia definindo a distinção entre direita e esquerda nas circunstâncias contemporâneas. Define os tipos possíveis de política. Trata de conceitos fundamentais de sua teoria das alternativas institucionais, explicando a natureza de sua proposta experimentalista. Aborda a organização dos poderes com ênfase distinta daquela dominante na reflexão ocupada com as instituições políticas, sempre focadas acriticamente no tema da estabilidade, e propõem que o objetivo maior da política é prover transformações estruturais. Defende que o regime democrático deve ter o seu centro de gravidade voltado às majorias e não às minorias. E sugere que a causa central da crise atual das sociedades democráticas é de natureza programática: ainda não fomos capazes de remover os escombros da socialdemocracia falida. O tema geral discutido foi um novo modelo institucional que possibilite as sociedades liberais superarem o beco sem saídas em que se encontram. A entrevista ocorreu em 22 de maio de 2022, no distrito de Araras, município de Petrópolis (RJ).

Carlos Sávio G. Teixeira: *Como o Sr. enxerga a distinção entre esquerda e direita, do ponto de vista convencional, e esta mesma distinção no seu pensamento?*

Certo. O que é e o que deve ser o contraste entre esquerda e direita? O debate ideológico convencional, como está estabelecido hoje, concebe a direita como aqueles que priorizam a liberdade contra o pano de fundo das instituições econômicas e políticas estabelecidas – a forma atual da economia de mercado e a forma atual da democracia política. E a esquerda se concebe como aqueles que priorizam a igualdade contra o mesmo

pano de fundo institucional. Portanto, o debate ideológico tal como estabelecido no mundo é uma polêmica entre a igualdade superficial e a liberdade superficial. Por *superficial* eu estou entendendo aquilo que pressupõe as instituições estabelecidas.

Isto não faz muito sentido porque a ideia que os liberais e socialistas tinham no século XIX era muito diferente. A ideia do que os progressistas deveriam almejar. Para eles, o objetivo não era a igualdade, jamais. O objetivo era a ascensão da humanidade comum, dos homens e mulheres comuns, a uma vida mais alta, com a intensidade mais elevada, com capacitações desenvolvidas, com escopo mais amplo. Portanto, não era a humanização da sociedade, era a divinização da humanidade: a aspiração que a humanidade comum viesse a participar do atributo da transcendência; não a onipotência e a onisciência divinas, mas a capacidade de exceder o contexto estabelecido. Esse era o objetivo de socialistas e liberais no século XIX.

Carlos Sávio Teixeira: *E, para isso, a mudança institucional era o veículo fundamental.*

Sim. E a concepção que eles tinham do engrandecimento – porque isso significa engrandecimento – era uma concepção estreita demais, era uma concepção moldada num tipo de uma ideia aristocrática de independência, de posse de si mesmo. E o método, a prática, que eles entendiam como central, era sempre a reconstrução institucional. Mas uma concepção maculada pelo fetiche – eles diziam “façam isso assim, e ficaremos ao mesmo tempo mais ricos e mais livres”. Nós também não podemos aceitar, como conversaremos depois, essa concepção dogmática das instituições. Isto é que foi substituído no curso do século XX por uma outra ideia do contraste entre esquerda e direita, que é esse contraste da liberdade superficial com a igualdade superficial, ambas aceitando as instituições estabelecidas. E o que é que nós devemos pensar hoje?

Devemos voltar àquela concepção clássica do século XIX do verdadeiro objetivo, mas agora num plano mais alto: sem essa limitação da concepção aristocrática do autodomínio. O verdadeiro objetivo é a grandeza compartilhada, que, em vez de haver só uma pequena minoria de gênios, aventureiros e empreendedores que ascendem enquanto a maioria, como manada, é abandonada lá atrás na mediocridade, todos ascendemos juntos. Ou somos grandes juntos ou não somos grandes. E qual a prática, então? A prática é a reconstrução institucional, mas não a reconstrução institucional formulaica. Não há sistemas indivisíveis, há mudanças estruturais sempre fragmentárias. O que importa é o rumo e o primeiro passo para começar a trilhar o rumo.

Essa é, portanto, a nova e necessária concepção do contraste entre esquerda e direita. Quem é a esquerda? Esquerda são aqueles que insistem na grandeza compartilhada, e que buscam alcançá-la por meio das mudanças estruturais fragmentárias – pouco a pouco –, no plano do possível adjacente: onde é que podemos chegar de onde estamos partindo. Esta é a concepção relevante da distinção entre direita e esquerda, e esta concepção tem um sentido muito concreto quando se pensa num outro tema, que é a base social. A base social da concepção convencional de esquerda remetia à posição privilegiada de uma parte da massa popular, que era o operariado organizado, sobretudo sediado nos setores intensivos em capital do sistema produtivo, como a indústria convencional. Hoje esse grupo é uma minoria - e uma minoria cada vez menor.

Há mais pequeno-burgueses no mundo do que há proletários industriais – se entendemos *pequeno-burguês* no plano subjetivo e não apenas no objetivo. É a orientação dominante. Qual é a aspiração da maioria da humanidade em todos os países? É ter uma pequena terra, um pequeno negócio, um pequeno empreendimento. E, por falta de alternativas institucionais, isto acaba sendo a propriedade familiar arcaica e retrógrada. A tarefa da esquerda seria vir ao encontro desta aspiração da maioria da humanidade e provê-la de formas alternativas para efetivar o seu desejo.

Carlos Sávio Teixeira: *Mas é tudo o que os progressistas contemporâneos no mundo inteiro não fazem. Os progressistas contemporâneos estão vergados sob a idealização do direito, a idealização da política.*

Estão vergados, em primeiro lugar, sob a rendição às instituições estabelecidas. E, uma vez aceitas e rendidas, procuram ornamentá-las, idealizá-las, como se faz no pensamento jurídico. Mas o básico é a aceitação dos pressupostos institucionais existentes. Então é, por exemplo, a filosofia política, como as teorias da justiça distributiva que predominam nos países anglo-saxônicos, como a teoria de justiça de Rawls. É uma espécie de glosa pseudo filosófica à prática socialdemocrata ou social liberal, comezinha, de atenuar as desigualdades por meio da redistribuição retrospectiva e compensatória. Qual é o tema dessa filosofia política? O tema é: em nome de que princípios e que ideias abstratas nós podemos justificar essa tentativa de atenuar as desigualdades sem mexer nas instituições econômicas ou políticas. Esse é o progressismo contemporâneo. E é contra ele que eu me rebelo.

Carlos Sávio Teixeira: *Professor, uma questão que é tratada na sua teoria política – e acaba dando uma moldura a esses aspectos que tratamos agora – diz respeito ao slogan – a que o senhor adere – de que “tudo é política”. Esse slogan é também apropriado por outras tendências do pensamento político contemporâneo. Eu queria que o senhor fizesse, primeiro, uma exposição da maneira como compreende esse slogan, e a distinção dessa ideia no seu pensamento em relação a essas outras tendências do pensamento contemporâneo.*

Certo. Qual era a descoberta essencial da teoria social clássica, e sobretudo da teoria de Marx da história e da sociedade? Era a ideia de que a organização da sociedade e suas estruturas institucionais são artefatos, são a nossa invenção, nós é que as construímos. E aí, como já havia dito Giambattista Vico anteriormente no século XVIII, nós podemos entendê-las porque nós as criamos. Nós podemos ter delas uma inteligência como aquela que o Criador tem das suas criações, diferente da inteligência que nós temos dos fenômenos naturais e, portanto, dentro dessa ideia, se nós a radicalizarmos, a concepção essencial é que as estruturas todas são como que o resíduo de uma luta permanente que ocorre entre as pessoas, entre os homens e as mulheres.

Essa luta é como se fosse a música no jogo das cadeiras. A música é a luta; quando a música se interrompe, as pessoas sentam nas suas cadeiras e essas cadeiras são como estruturas. As estruturas são o efeito, o resíduo das lutas parcialmente contidas ou temporariamente interrompidas. Esse é o conceito de estrutura, e esse é um conceito revolucionário. Porque as instituições são nós mesmos, são a nossa projeção, é a forma, por assim dizer, congelada das relações entre as pessoas, que nós então transformamos em fetiche, imaginamos que são como parte da natureza, como se fossem fenômenos naturais e necessários. É isso que motiva a crítica de Marx à economia política inglesa. Marx diz: os economistas ingleses imaginavam que estavam tratando das leis universais e eternas da economia, quando estavam apenas tratando das regularidades de um regime específico, que ele denominou capitalismo.

Agora, essa concepção revolucionária das estruturas na teoria social clássica foi pervertida e esvaziada por uma série de ilusões – que eu vim a chamar as ilusões das necessidades falsas. E são duas ilusões principais: a primeira é que há um elenco restrito de regimes ou estruturas na história da humanidade (são os modos de produção no marxismo). A segunda ilusão é a de que cada um desses regimes é um sistema indivisível, todas as suas partes cabem juntas e nós ou as substituímos juntas ou não as substituímos, e essa concepção da indivisibilidade dos regimes tem uma implicação prática de grande

significado, e esta implicação prática é uma concepção binária da política, na qual há apenas dois tipos de política. Uma é a substituição revolucionária de um sistema indivisível por outro; outra forma de política é o manejo de um desses regimes para torná-lo mais justo e eficiente, é o reformismo conservador.

Daí que, hoje, a concepção da política revolucionária virou pelo avesso, porque é usada como pretexto, como álibi para o seu inverso. Então, quem é hoje o socialdemocrata? É tipicamente um ex-marxista desiludido que diz “a verdadeira revolução seria a substituição do capitalismo pelo socialismo, mas como isso é impossível – ou se fosse possível, seria perigoso –, o que falta fazer é humanizar o mundo, é cuidar do nosso jardim. E nós conhecemos no Brasil esses ex-marxistas que cortaram o marxismo ao meio, jogaram fora sua parte positiva – as aspirações transformadoras – e ficaram com a parte ruim – o fatalismo histórico. Essa é a concepção falsa das estruturas.

Nas ciências sociais modernas contemporâneas, o que aconteceu, de forma geral, é que o conceito central e revolucionário – que as estruturas são artefatos, nossa criação – foi abandonado, e foi substituída por uma série de práticas que naturalizam a organização da sociedade, e apresentam essa organização de sociedade como o desfecho de uma evolução natural. É uma espécie de contrapartida ao darwinismo no pensamento social. As ilusões de necessidades falsas não são objeto de discussão, mas ao preço de descartar a concepção revolucionária – que essas ilusões perverteram. Isto é a ciência social que diz que as estruturas são o triunfo do que funciona, e que nós podemos humanizá-la – daí a tarefa da socialdemocracia e do social liberalismo ser somente dourar a pílula. Veja que, por esse conceito que estamos discutindo, a quase totalidade dos progressistas contemporâneos são, na verdade, conservadores, estão na direita e não na esquerda. E aí é natural que (traduzindo isso na moeda corrente da política brasileira) esses social liberais ou socialdemocratas sejam, na verdade, conservadores. Agora estão descobrindo que são conservadores, mas isso deveria ter estado evidente há muito tempo.

Carlos Sávio Teixeira: *Professor, as questões a que o senhor fez referência agora encontram conceitualmente, na sua obra, guarida num par conceitual – que eu considero muito fecundo – que é fetichismo estrutural e fetichismo institucional. Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre como que esses dois fetichismos operam, de forma contundente, nesse quadro do pensamento político e social contemporâneo.*

Para responder adequadamente a esta indagação, é preciso focar o tema essencial do pensamento político e social, que é a natureza dos regimes ou natureza das estruturas. Este é o tema central da teoria política – aliás, desde Aristóteles, Montesquieu, até chegar à teoria social clássica. A explicação dos regimes é o tema central da ambição teórica do pensamento social e político, e a manutenção ou a transformação dos regimes é o tema central da atividade política. A política é importante – ela é grande – quando ela trata da defesa ou da transformação dos regimes.

O problema é que a concepção que nós herdamos da teoria social clássica, sobretudo do marxismo, é uma concepção defeituosa, maculada pelas ilusões da falsa necessidade. E nós precisaríamos ter uma forma de pensamento social e político que pusesse a teoria dos regimes no centro, mas que modificasse o nosso conceito dela. O que são esses regimes? Eles são o pressuposto dos conflitos rotineiros na sociedade e na cultura, sobretudo aqueles conflitos ou aquelas atividades por meio dos quais construímos o futuro dentro do presente, utilizando os recursos centrais do capital econômico, do poder político e da autoridade cultural.

Mas esses regimes não são sistemas indivisíveis, eles são um amontoado contingente ou acidental exprimindo o resíduo cristalizado, congelado, quando a música do conflito se interrompeu temporariamente. Isso é que são os regimes, e eles têm uma outra característica que a teoria social clássica não focou. Esses regimes podem existir mais ou menos, podem ser entrincheirados contra a transformação, ou podem convidar à sua própria transformação. O fetichismo institucional dos socialistas e dos liberais clássicos imaginava que havia sempre, para cada orientação política, uma fórmula; e se essa fórmula institucional fosse adotada, eles diziam “vocês serão ao mesmo tempo prósperos e livres”. Portanto uma harmonia preestabelecida, uma convergência natural e necessária entre os nossos interesses materiais e os nossos interesses morais.

Nós não podemos acreditar nisso, que há essas fórmulas preestabelecidas que assegurem essa convergência, e também não podemos cair no dogmatismo inverso que imagina que haja uma contradição trágica entre as condições institucionais para a promoção de nossos interesses materiais e nossos interesses morais. O que há é uma zona possível de intersecção entre as condições institucionais para a busca desses dois objetivos. Ou seja, há um conjunto de instituições que, em determinada circunstância histórica, promovem os nossos interesses materiais, mas que, ao mesmo tempo, atendem aos interesses morais. Nem todas as instituições que promovem o nosso enriquecimento servem também à nossa emancipação, mas algumas servem, e, de igual forma, algumas das instituições que servem

à nossa emancipação moral, à nossa emancipação das estruturas arraigadas, das divisões e hierarquias, também promovem os nossos interesses materiais.

E qual é o atributo essencial das instituições que estão nessa zona de intersecção? É que elas têm o condão de serem experimentalistas. Elas facilitam a sua própria revisão à luz da experiência. O experimentalismo é a condição do enriquecimento, mas é também a condição da emancipação. Todas as instituições que mantêm um sistema arraigado de divisão e hierarquia querem se imunizar contra o debate, contra o conflito, e no experimentalismo prático nós precisamos também facilitar a combinação de tudo com tudo. Não é apenas a combinação de fatores de produção, é a inovação no contexto institucional da produção e da troca. Aí vem um outro significado das instituições: as instituições são superiores quando elas negam a sua própria necessidade e facilitam a sua própria transformação.

Também é preciso entender o seguinte: ainda há um outro elemento nessa teoria necessária dos regimes. Quando há uma inovação no mundo, a tendência é adotar essa inovação na forma que menos provoque disfunção nos interesses dominantes e nos preconceitos reinantes do mundo social e da cultura. As inovações são tipicamente adotadas na forma que minimiza essa confusão dos interesses e dos preconceitos estabelecidos, o que poderíamos chamar de o *caminho de menor resistência*. Então eu vou dar um exemplo de grande significado para o mundo contemporâneo.

A nova forma da produção – que chamamos a economia do conhecimento – é adotada, na prática, na forma que menos mexe com os interesses dominantes e os preconceitos reinantes na sociedade e na cultura, e o resultado é o que temos. Economia do conhecimento numa forma insular: pequenas franjas que excluem a grande maioria das empresas e dos trabalhadores. E o resultado dessa insularidade das novas vanguardas produtivas é, de um lado, o agravamento da desigualdade ancorado no abismo que se vai abrindo entre as vanguardas e as retaguardas, e, de outro lado, a estagnação, a desaceleração econômica. Como é que pode não haver estagnação, se negamos a prática mais eficiente à maioria das forças produtivas?

Este é o caminho de menor resistência que, por definição, é o mais fácil. Os defensores desse caminho têm a seu favor a naturalidade desse caminho de menor resistência, mas há algo contra eles, e algo a favor dos inimigos do caminho de menor resistência. É que, tipicamente, o caminho de menor resistência sub-aproveita o potencial material e o potencial moral. Isso é o que conta a favor dos progressistas; os verdadeiros

progressistas deveriam ser os inimigos do caminho de menor resistência. Mas não é isso o que acontece, porque eles acabam sendo os humanizadores do inevitável.

Carlos Sávio Teixeira: *Quero aproveitar esse tema para colocar a questão do acesso à perspectiva de mobilização da maioria para atingir esses objetivos morais e materiais. Isso leva a um outro tema, importante na sua obra – que é também um tema de grande divergência com o pensamento político convencional, seja ele liberal ou de matriz socialista. Esse tema diz respeito à relação institucional – política – com os impasses. O seu pensamento é acoimado, muitas vezes, de ser voluntarista, justamente por defender um tipo de institucionalidade que afirme e busque a mobilização. Queria que o senhor falasse um pouco sobre isso.*

Esse atributo de se colocar na linha de convidar-se a ser alvejado e transformado – que eu chamo experimentalismo – é uma característica potencialmente de todas as instituições.

Primeiro, é uma característica das instituições econômicas. A economia do conhecimento deveria ser caracterizada por essa facilidade de não apenas transformar as tecnologias e as práticas produtivas, mas transformar a própria natureza da economia de mercado. Experimentalismo nos regimes de propriedade e regimes contratuais. Por exemplo – imaginando um futuro relativamente distante – um futuro em que (se adotássemos as categorias marxistas), diríamos “há um capitalismo sem capitalistas”. Por quê? Porque os meios de produção seriam investidos em fundos autônomos, e constituiriam esses fundos uma espécie de leilão permanente dos recursos produtivos da sociedade. Ninguém tem a propriedade dos meios de produção eternamente, ninguém pode transferi-la por meio da transmissão hereditária da propriedade, quem usa os meios de produção é quem pode assegurar aos fundos a maior taxa de retorno a outros desses fundos, temporariamente. E aí vem alguém e diz “eu posso dar mais pelo uso desses fundos”. Isto é o que eu estou chamando capitalismo sem capitalista.

E, de igual forma, a educação. Por exemplo, nós deveríamos, numa sociedade desse tipo, almejar um tipo de educação em que cada matéria, cada disciplina fosse sempre ministrada de pontos de vista contrastantes. Jamais aceitaríamos, como a cultura universitária aceita, o casamento forçado entre os métodos e as matérias. Cada método, cada disciplina, seria sempre ensinada de pontos de vista opostos, promovendo a libertação da mente.

Mas a área em que esse postulador autotransformador das instituições ganha significado maior é a política. Porque a política não é apenas um domínio institucional ao lado dos outros, é também o domínio que determina as condições para a mudança em todos os outros.

Carlos Sávio Teixeira: *Essa é uma diferença de concepção fundamental entre o seu pensamento e o marxismo.*

Sim, a superioridade da política.

E aí nós temos que chegar à natureza institucional da democracia contemporânea. Todas as democracias contemporâneas são falhas. Elas são falhas e fracas, ou falhas porque fracas. E em que sentido são fracas? São fracas porque dificultam a transformação estrutural, a não ser quando há crises – na forma de colapso econômico e conflito militar. Portanto, reforçam a dependência da mudança da crise – a regra é “só há transformação quando há trauma” – e perpetuam o governo dos vivos pelos mortos.

E o que é que eu proponho como o desfecho dessa transformação da política? É uma democracia de alta energia, que não necessite das crises como condição das mudanças, e que derrube o governo dos vivos pelos mortos. Essa transformação passa por uma série de inovações institucionais, e sobretudo inovações de quadro ordens.

A primeira ordem é a elevação da temperatura da política. Quer dizer, o grau de mobilização política, de participação popular na vida pública. Nós não deveríamos ter de escolher entre uma política institucional fria, porém institucionalizada, e uma política calorosa, mas anti-institucional – esta é uma das premissas do pensamento político conservador. No fim das contas, diz ele, nós temos que escolher entre Madison e Mussolini. Eu digo ao contrário: as instituições políticas diferem de acordo com o grau de calor institucional que permitem. A participação popular institucionalizada depende de condições muito práticas: as regras sobre uso de dinheiro na política; as regras sobre o acesso aos meios de comunicação em massa em favor dos partidos políticos e dos movimentos sociais organizados; e as regras eleitorais.

Carlos Sávio Teixeira: *Nesse primeiro tema da temperatura da política, eu gostaria de fazer uma pequena inflexão a respeito do contraste, que o senhor mencionou, entre Madison e Mussolini – Madison representando o institucional frio, e Mussolini o calor extra-institucional. Emergiu, na segunda metade do século XX, uma tendência intermediária – que uma parte da esquerda convencional como PT aqui no Brasil passou a adotar –, isto é, a ideia da participação na política por meio da deliberação. O senhor é um crítico disso também.*

Isso são, por exemplo, os conselhos. É um entendimento inadequado da participação, como se fosse multiplicar as discussões retóricas. A maioria fica entediada, vai embora e fica

a ditadura dos falastrões – que são os membros dos aparelhos e instrumentos políticos. Não precisa descrever isto, todos nós sabemos do que estamos falando.

Carlos Sávio Teixeira: *Eu acho que, nesse particular, é interessante também, mobilizar a ideia de que o regime presidencialista é uma máquina de prover essa mobilização da maioria, e de ser também um instrumento potencial de transformação. Mas não é o que o presidencialismo tem entregue?*

Isso chega a um segundo grupo de inovações institucionais, que tem a ver não com a temperatura da política, mas com o passo da política. Uma política de alta energia, uma democracia de alta energia quer organizar uma aceleração da política. Karl Popper, o filósofo da ciência, diz que o objetivo da ciência é praticar os erros o mais rapidamente possível. É a mesma coisa na política, na democracia. O objetivo é dirimir os impasses. Então, na política do presidencialismo americano – que nós copiamos – há dois princípios arquitetônicos: há a fragmentação do poder, através da divisão dos poderes; e há a perpetuação deliberada dos impasses. Esse foi o esquema de Madison, o sistema de freios e contrapesos: o poder se divide, mas o preço da divisão dos poderes é a perpetuação dos impasses. Madison não considerava isso um custo, mas um benefício. Porque um dos objetivos dessa arquitetura institucional era dificultar as transformações da sociedade pela política.

A nós, no Brasil, o que convém? O que nos convém nessa circunstância? Pensando na importação do presidencialismo americano a uma sociedade mais desigual, que precisa urgentemente de mudanças estruturais, a divisão dos poderes é interessante. É interessante porque permite uma marcha direta ao centro do poder – esse é o elemento plebiscitário no presidencialismo – e, por isso mesmo, as elites brasileiras quiseram suprimir o regime presidencial e duas vezes tentaram apresentar ao povo brasileiro a proposta da substituição do presidencialismo por um parlamentarismo de araque. A massa entendeu, nessa proposta esperta das elites endinheiradas, uma forma de confisco da soberania popular, e a rejeitou.

Mas o presidencialismo tem esse grave defeito. Ele dá esse poder inicial a um mandatário eleito pelo povo, permite essa marcha direta ao centro do poder, mas ao mesmo tempo dificulta as transformações. O presidente eleito é forte para agraciar ou castigar os interesses, mas é fraco para transformar a estrutura. Qual é a solução? A solução, nesse momento histórico, não é suprimir o regime presidencial; é provê-lo de instrumentos para resolver rapidamente os impasses, como, por exemplo, pelas eleições antecipadas, que cada um dos poderes políticos poderia promover.

Carlos Sávio Teixeira: *Uma espécie de parlamentarização do presidencialismo, de uma outra forma, para favorecer a dinâmica transformadora.*

Sempre. O poder que convocasse as eleições antecipadas sempre teria que pagar o preço político de correr o risco eleitoral. Porque as eleições sempre seriam bilaterais para os dois poderes políticos. E há outros exemplos, como plebiscitos ou referendos programáticos, abrangentes. Há muitos meios de transformar o regime presidencial numa máquina para a aceleração da política, e não para aquilo que ele foi desenhado pelos americanos, que é a desaceleração da política.

Aqui vem um terceiro conjunto de inovações institucionais, que tem a ver com a relação entre ação central forte – ação do governo central – e poder da periferia, dos estados e dos municípios ou partes da sociedade. A premissa da política e do pensamento conservadores é que há uma relação inversa, ou hidráulica, entre poder para o centro e poder para a periferia – devolução do poder. Não é verdade. De acordo com a maneira como moldamos os poderes comuns ou concorrentes, podemos ter poder central forte e capacidade da periferia de se exceder, de sair das soluções dominantes e construir contra modelos que podem, inclusive, vir a ser o de uma alternativa para a política do futuro nacional. Essa seria a vocação de uma nova política regional no Brasil: cada uma das grandes regiões do país pode idealizar o futuro nacional, pode experimentar. É como se o Brasil tivesse uma segunda chance em cada uma das suas regiões. E, dessa forma, temos ao mesmo tempo poder central mais forte e devolução mais forte de poder às regiões.

E aí vem o quarto conjunto de inovações institucionais – que é a única, aliás, em que parte da esquerda tradicional foca –, que é o enriquecimento da democracia representativa por elementos de democracia direta ou participativa. Não é realista substituir a democracia representativa, mas é compatível com o enriquecimento gradativo das instituições representativas por elementos de democracia direta. Qual é o resultado que sai disso? É essa ideia de uma democracia mudancista, de alta energia, que é, de alguma forma, a manifestação institucional da ideia da imaginação. É a imaginação traduzida em instituições. A tarefa da imaginação é fazer o trabalho da crise sem crise.

Carlos Sávio Teixeira: *Professor, tratando deste pacote institucional de uma política de alta energia e com vocação para a transformação, uma das questões que aparece em sua teoria política diz respeito à relação entre grupos de opinião e classes sociais. Queria que o senhor fizesse uma referência à questão. É um assunto importante tendo em vista a*

quadra política em que vivemos no mundo inteiro, com a ascendência de uma nova forma de fazer política – lastreada especialmente no advento das tecnologias de informação –, ajudando a produzir, de certa forma, a crise da democracia representativa liberal.

Essa é a coexistência contraditória entre sociedade de classes e democracia política. A sociedade continua a ser dividida em classes, as classes se perpetuam pela transmissão hereditária das vantagens e das oportunidades econômicas e educacionais. Mas, na política, as pessoas se dividem por critérios de opinião, e não apenas pelos critérios de pertencimento a classes sociais. E a ideia do marxismo é que as divisões políticas são acessórias às divisões de classe, elas exprimem as divisões de classe.

Mas o objetivo de uma democracia de alta energia consiste justamente no inverso: é fazer com que as divisões da sociedade comecem a se assemelhar às divisões da política. Então, em vez das divisões políticas servirem para explicitar as divisões sociais, as divisões sociais é que começam a se assemelhar às divisões políticas. Vamos pensar isto do ponto de vista da teoria da agência das transformações sociais.

A ideia marxista é que quanto mais intenso e amplo o conflito de classes, mais transparente fica o conteúdo objetivo dos interesses de classe. Cada classe tem objetivos definidos de acordo com a sua posição no modo de produção e na sequência dos modos de produção. E, se alguém erra na definição dos interesses de classe, o erro tem um preço, que é a derrota política. Essa premissa marxista é exatamente o oposto da verdade.

A verdade é que quando há uma estagnação, os interesses de classe parecem ter um conteúdo objetivo, mas, à medida que o conflito se acelera – em seu âmbito e em seu alcance institucional – a questão “quais são os meus interesses como membro de uma certa classe?” se torna inseparável das questões “quais são as alternativas próximas, acessíveis?”, “quem seria eu numa dessas alternativas e quais seriam, então, meus interesses e a minha identidade?”.

Agora vou dar um exemplo desse problema que tem grande significado para a esquerda: qual é o interesse do operariado industrial, que era o agente privilegiado nas teorias sociais clássicas? Há uma indústria convencional que vai caindo como, por exemplo, nos Estados Unidos, nos países europeus. A indústria convencional que nós chamamos de fordista é a base, cada vez mais, de uma minoria que, em vez de ser vista ou de se ver como portadora dos interesses universais da sociedade, é vista cada vez mais como uma minoria, um grupo de interesse igual aos outros.

Então, uma forma de entender os seus interesses é afirmar que ela é negativa e excludente; o objetivo, o interesse dessa classe – o operariado industrial – é defender a indústria convencional contra todas as alternativas, o que significa defendê-la contra os grupos sociais mais próximos – os trabalhadores subcontratados ou temporários e a pequena-burguesia. Todos são percebidos como seus inimigos, os grupos mais próximos no espaço social. Aquela alternativa de procurar se aprofundar no seu nicho, na divisão atual do trabalho, tem a atratividade de ser tangível – é o que existe –, mas tem um grande defeito: não tem futuro. É a defesa puramente negativa da forma existente de produção contra os seus adversários imediatos.

Sempre há uma outra forma de entender e de defender o interesse de classe. É uma forma que diz “isto aqui não tem futuro, essa indústria convencional, nós teremos que convertê-la numa outra forma de produção semelhante à economia do conhecimento”. Transformar a indústria convencional em economia do conhecimento. E, nessa tarefa de conversão industrial, os que nós imaginávamos como nossos adversários têm de virar nossos aliados. Portanto, é uma forma solidária ou incluyente da política - exatamente o contrário da teoria marxista.

Não há um conteúdo objetivo e necessário do interesse de classe. O que há é que quanto mais transformadora a vocação daquela política econômica ou industrial, mais impossível fica distinguir entre a identificação do interesse de classe e a construção das alternativas institucionais que darão a forma daquela política. Isso tem grande significado numa sociedade como a nossa, em que não há transformação possível que não seja assimilável pela nossa vanguarda social: os emergentes e os batalhadores.

Carlos Sávio Teixeira: *Gostaria de mudar um pouco o escopo da nossa conversa, e falar sobre as questões eminentemente programáticas contemporâneas, tendo como pano de fundo a ascensão e a decadência, no século XX, daquela que é, provavelmente, do ponto de vista programático, a mais atraente imaginação social e política que tivemos, que foi a socialdemocracia europeia. Ela hoje está, por assim dizer, nos seus escombros. Eu queria ouvi-lo um pouco sobre isso.*

O último grande momento de refundação institucional e ideológico que nós tivemos no Ocidente, sobretudo nos países ricos do Atlântico Norte, foi o momento desse compromisso socialdemocrata ou social liberal. Ele começou a ser vislumbrado e organizado antes da segunda guerra mundial e foi aperfeiçoado depois da segunda guerra mundial. Então, o que ocorreu é que as forças que ameaçavam realizar uma transformação radical da organização

econômica e da democracia política abandonaram essa ameaça e, em troca dessa abdicação, permitiu-se ao estado regular a economia de mercado mais intensivamente, atenuar as desigualdades geradas por meio de políticas compensatórias e retrospectivas – como a tributação progressiva e o gasto social redistribuidor –, e ao estado assumir um manejo contracíclico da economia por meio da política fiscal e da política monetária.

Isso é que foi a socialdemocracia ou o social liberalismo. Portanto, um conservadorismo institucional combinado com a humanização reformista. Este é o horizonte derradeiro do alcance da política contemporânea, baseada naqueles equívocos todos a respeito da natureza dos regimes sobre o qual conversamos anteriormente. E aí vêm as tendências dominantes do pensamento – as teorias de justiça, que fazem essa glosa da redistribuição compensatória, imaginando grandes abstrações como o contrato social, a posição originária – para aproveitar algo muito mezinho, que é tirar um pouquinho aqui e dar um pouquinho aos outros. Mas precisava ter esse desvio fantástico para chegar a esse resultado pobre.

E toda a atitude em relação à democracia, aceitando essa democracia falha ou fraca como o limite do possível. Este é o horizonte da política contemporânea: o social liberalismo ou a socialdemocracia. Porque a alternativa seria a fantasia marxista, a mudança de um sistema por outro – que ninguém, no fundo, acredita ser possível ou desejável. Para ser inteiramente claro: o social liberalismo ou a socialdemocracia não é o progressismo. É o inimigo a ser combatido. É a forma fantasiada, ornamentada da ordem estabelecida. E todo pensamento social contemporâneo, supostamente progressista, vai ajoelhar diante desse falso altar.

Carlos Sávio Teixeira: *Uma das respostas a isso tem sido, por parte de amplas maiorias no mundo inteiro, o recurso – antes de mais nada, surpreendente – ao nacionalismo, entendido em sua perspectiva de populismo de direita.*

Vamos conversar sobre cada um deles, porque são temas distintos, mas relacionados. Esse social liberalismo ou socialdemocracia tende a fracassar. Tende a fracassar, primeiro, na coisa mais concreta, que é a organização do crescimento econômico incluyente. A estagnação econômica, a desaceleração econômica e a incapacidade de uma política meramente compensatória – ou redistribuidora – de, de fato, resolver o problema das desigualdades é patente. E é fácil compreender por quê. Se há uma lógica estabelecida de incentivos e arranjos econômicos, a redistribuição compensatória teria de ser imensa, e muito antes de alcançar a dimensão necessária, desorganizaria a economia. Então ela não

pode resolver um problema que está ancorado num abismo cada vez mais profundo que se vai abrindo entre as vanguardas e as retaguardas produtivas. Ela acaba, apenas, atenuando os extremos. É isso o que acontece, aí vai se abrindo um grande vazio político.

Esse vazio em que as maiorias trabalhadoras, agora vitimadas pela queda da indústria convencional, vitimadas pela desindustrialização, se sentem abandonadas pelos progressistas. Os progressistas estão tratando de outros assuntos. Estão, de um lado, fazendo aquela redistribuição compensatória, e, de outro lado, se jogando à política identitária, homenageando supostos líderes dessas minorias, enquanto a maioria está nessa situação de perda, de exclusão, de abandono. Isso é o grande vazio. Nesse vazio, entram as lideranças populistas de direita, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Mas o populismo de direita, embora aproveite esse vazio, não fecha o vazio, porque ele não tem uma resposta a esses problemas.

Veja, qual é o projeto econômico desse populismo? Não tem. É o mesmo projeto econômico do social liberalismo: comprar mais alguns anos para aquela indústria que vai declinando, por meio de medidas negativas como protecionismos e subsídios, e assim por diante, associadas a restrições à imigração, nada que resolva os problemas importantes. Portanto, o populismo de direita mantém a situação de não-resolução, o que seria uma grande oportunidade para os adversários da ordem estabelecida, se eles tivessem um projeto.

Aí chegamos à segunda questão que você levantou – o nacionalismo. E eu quero voltar a uma consideração mais fundamental da natureza das nações e da diferença entre as nações. Por que a humanidade está dividida em nações? Qual é a justificativa profunda? A justificativa profunda é que a humanidade só pode desenvolver os seus poderes, a sua potência, se a desenvolver em rumos diferentes; não há uma forma natural de vida social. A ideia da sociedade, as possibilidades da vida social precisam ser organizadas em formas alternativas, a humanidade se constrói e se unifica em direções diferentes – essa é a razão profunda. As nações, no início eram como se fossem tribos, fundamentadas na semelhança étnica, religiosa, cultural, nos costumes concretos. O que era, por exemplo, ser um romano antigo? Era viver de acordo com os costumes dos romanos. Esse era o sentido tangível das identidades coletivas.

Esse sentido tangível das identidades foi progressivamente esvaziado no curso da história dos séculos recentes. As nações começaram a se imitar para poder sobreviver e prosperar. Por exemplo, os japoneses do século XIX, na restauração Meiji de 1868. Assume o poder uma facção da elite japonesa que sente a necessidade de reformar o Japão, adotando algumas práticas e instituições das potências coloniais dominantes. Então, há

uma espécie de pastiche, de amálgama, dos costumes ou das instituições anteriores com as importadas. Por esse esquema de concorrência e emulação mundial, as nações vão se assemelhando, mas vão tentando combinar parte do que eram os seus costumes tangíveis com parte do que é importada ou inventada.

Aí temos um esvaziamento progressivo da natureza tangível, concreta, dessas identidades coletivas. E isto ajuda a explicar a característica peculiar e venenosa do nacionalismo contemporâneo. Ele é um nacionalismo caracterizado pela sobrevivência da vontade de ser diferente das diferenças reais, então, duas nações vivem, uma ao lado da outra, e se odeiam não porque sejam diferentes, mas porque são mais parecidas. E querem ser diferentes, então é a vontade impotente e vazia da diferença, que convive com o enfraquecimento das diferenças reais. As diferenças reais, tangíveis, costumeiras, são porosas – porque são concretas. Então é possível combinar, misturar, inovar. Mas a vontade abstrata da diferença só é capaz de ser objeto de uma fé intransigente, essa é a natureza peculiar do nacionalismo contemporâneo.

Diante desse perigo, há duas respostas características: uma resposta é o cosmopolitismo liberal – que quer estabelecer a convergência institucional –, “vamos todos convergir, as culturas vão continuar a ser diferentes, mas como num folclore pairando sobre a convergência institucional”; e a outra resposta é o nacionalismo regressivo que quer dizer “vamos voltar a ser diferentes como éramos, nas nossas instituições distintas”.

O que eu digo é que precisamos de uma terceira resposta. Nós precisamos não suprimir as diferenças, como quer o liberalismo cosmopolita, ou negar as diferenças, como quer a atitude retrógrada, arcaica do nacionalismo populista. Nós devemos equipar as diferenças, construir as instituições econômicas e políticas e a educação que permitam a cada povo construir diferenças. As diferenças não são problema, as diferenças são a solução. Esta é a resposta que eu dou, em que a humanidade, então, se equipa para construir as diferenças. As diferenças que mais importam não são aquelas que herdamos do passado; são aquelas com que nos equipamos para construirmos um futuro.